

DEBATE

PSIQUIATRIA, MORAL E SOCIEDADE

Roberto Pinto de Moura

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Em seu excelente "A Psiquiatria como discurso da moralidade", Joel Birman nos conta, amparado em farta bibliografia, a história da Psiquiatria francesa, durante o período conhecido com o nome de **Alienismo**. Narra-nos como surgiu o conceito de alienação, e como foi imposta, ao alienado, a necessidade de internar-se no asilo; como, estabelecidas as primeiras classificações nosológicas e a técnica de tratamento, a nascente Psiquiatria avançou no espaço social, buscando mais e mais manifestações de loucura. Mostra-nos quanto, assim, cresceu o poder deste ramo da Medicina, que se tornou importante instrumento de controle do indivíduo, pela sociedade industrial, decidindo o destino das pessoas segundo os valores impostos por esta sociedade. O alienado era "modelo da irreverência e do desrespeito às normas instituídas", devendo ser reintegrado na moralidade socialmente aceita. A doença era a não-realização da sociabilidade, por não-domínio das **paixões**, frutos, estas, do desequilíbrio emocional, da acentuação de desejos, afetos; manifestações da animalidade, em choque com as exigências da Cultura. Afastado das normas sociais, o doente se interiorizava em seu próprio mundo. Tal rompimento se devia ao fato de a sociedade estimular os desejos de homens que, **fracos de vontade**, se tornavam, assim, vítimas do progresso e da Civilização. Enquanto outros "neuropsiquiatras" buscavam a causa da loucura no próprio organismo, os alienistas lhe apontavam uma origem **moral e social**. Propunham, para combater a doença mental, medidas preventivas (educação fortalecedora da **vontade** das crianças, que deviam aprender a dominar seus instintos) e curativas (isolamento do doente e instituição do **tratamento moral**, para sua reintegração na realidade, reaquisição de moralidade, de respeito à ordem e à hierarquia, de amor ao trabalho, contenção dos instintos, domínio dos sentimentos). Tratava-se de uma "pedagogia do bem-viver", através de medidas que hoje chamaríamos de "condicionantes", atribuindo-se prêmios e aplicando-se castigos (até maltratos físicos) cuja semelhança com técnicas adotadas pelos nossos comportamentalistas é às vezes tão grande, que temos, mais uma vez, de dar razão a Salomão, pois parece que nada é mesmo novo, sobre a face da Terra...

A mesma impressão nos fica quando Birman nos mostra que, dada a importância atribuída então à sociabilidade, enorme ênfase tinham o relacionamento entre os enfermos e a influência de uns sobre os outros, já sendo, então, efetuados **tratamentos em grupo** ("tratamento mútuo simultâneo", de Falret) pedagogia moral esta em que cada um era professor e aluno, servindo-se os doentes, reciprocamente, de meio de contenção, de exemplo e modelo de moralidade.

Realça ainda, o autor, a importância dada ao **trabalho**, decorrente tanto da necessidade de reintegração do alienado na sociedade industrial, como do seu papel terapêutico (laborterapia !) fundamental para a recuperação, tão importante, para isso, como os jogos, para o desenvolvimento psicológico das crianças...

É muito interessante vermos como, em meio a pontos de vista sobremaneira ingênuos e condutas condenáveis, revelaram os alienistas extraordinária intuição com respeito a muitos aspectos das doenças mentais e da Psicologia do homem normal, intuição esta que transparece em atitudes e conceitos que os tempos modernos conservaram e desenvolveram, procurando-lhes maior embasamento científico. Entre as manifestações de tal intuição, podemos citar: a concepção da **psico** e da **sociogênese** das enfermidades; a influência, sobre o comportamento, de técnicas de manipulação baseadas em necessidades biológicas e emocionais dos enfermos; as vantagens do tratamento em grupo; as virtudes terapêuticas do trabalho. Ao mesmo tempo, lastimamos que negligenciassem com respeito a inúmeras outras causas das enfermidades,

bem como tendo responsabilizado a sociedade industrial pelo aparecimento da loucura, não hajam denunciado os defeitos de tal sociedade, abrindo, desde então, os olhos da humanidade, para os perigosos rumos que ia seguindo. Ao contrário, eles validaram o “progresso” e fizeram recair o defeito apenas no homem que enlouquecia... A este respeito, ninguém pode negar a Freud o mérito de, mostrando o conflito entre o indivíduo e a Cultura, como causa das neuroses, ter-se posto a favor do primeiro, condenando a maneira pela qual se tornava inevitável o nocivo recalçamento dos impulsos, no Inconsciente, dado o fato de a “educação” visar à subjugação da criança, ao invés de lhe ir ensinando a elaboração consciente das situações da vida, e a busca de caminhos sadios e legítimos de satisfação. Pena é, entretanto, que Freud estivesse apenas interessado no conflito entre a sexualidade (e só depois também entre a agressividade e a Cultura, quando sabemos que a sociedade repressiva que se fundou com a Revolução Francesa, e culminou no Capitalismo, não esmaga apenas estas necessidades humanas, mas, para multidões, até mesmo a de viver.

Queremos tocar, embora muito de passagem, o problema da vinculação da Psiquiatria com a Cultura e com a Moral. Sendo a primeira, como qualquer atividade humana, uma expressão da Cultura, tendo ela de usar, para definir o psiquicamente normal, os critérios valorativo e estatístico, não poderá deixar jamais de ser a manifestação do pensamento de uma sociedade, apenas refinado e corrigido pela pesquisa científica.

E quanto à Moral? Se esta, como conceito do que é bom e mau para a Humanidade, existirá enquanto existir o Homem, como pode a Psiquiatria desvincular-se dela, deixando de servir aos ideais humanos, desde que estabelecidos com sabedoria?

Outra é a situação em que, consciente ou inconscientemente, seus sacerdotes e servidores a transformam em instrumento de ideologias políticas, doutrinas religiosas e interesses de uma só classe social! Então, ela já não é mais Psiquiatria, mas um terrível instrumento de opressão.

*

FILOSOFIA NO 2º GRAU: CONDIÇÕES DE TRABALHO, LINGUAGEM E INTERAÇÃO

Cósimo D. Avila

Universidade Federal Fluminense — UFF

I

1. Durante dois anos — fevereiro de 1980 a fevereiro de 1982, acompanhamos, como observador participante, a reintrodução da Filosofia no 2º Grau da rede oficial do Estado do Rio de Janeiro. Nossa preocupação com este problema se caracterizou por uma atitude, ao mesmo tempo filosófica e científica, mais filosófica talvez que científica devido às dificuldades encontradas em nossa atividade de pesquisa. Interessamo-nos, desde o início, por desenvolver um projeto de Pesquisa-Ação (P.A.), tendo sido co-participantes alguns professores regentes da disciplina “Iniciação Filosófica”. A atuação dos professores, dentro e fora da sala de aula, era discutida juntamente com a equipe técnica. Estes professores de Filosofia, mediadores principais do nosso projeto, não separam o ensino (ação: linguagem/interação) da pesquisa (reflexão: linguagem/trabalho). Tentam, dessa forma, realizar uma **práxis libertadora**, isto é, uma atividade **prático-poiética** ou político-econômico-pedagógica capaz de desencadear uma reflexão crítica sobre as condições de trabalho (produção cultural), de linguagem (comunicação livre e sem constrangimento) e de interação (transformação social).

Estes três processos dialéticos vão servir, em nossa análise, como **referencial teórico** para compreender e interpretar criticamente a situação atual do professor de Filosofia no 2º Grau da rede oficial do Estado do Rio de Janeiro que só secundariamente difere da situação reinante no magistério oficial e particular como um todo.

2. Trabalho, linguagem e interação são os primeiros e mais fundamentais processos de formação sócio-cultural (práxis) que histórico-filosoficamente foram elevados ao nível de categorias interpretativas (*theoria*). Nesse sentido Habermas (1973) faz uma reconstrução histórica dos textos hegelianos escritos sob a influência dos estudos de economia política (1803 – 1806). Nesse processo a linguagem tem prioridade sobre o trabalho e a interação, podendo ter a seguinte representação gráfica:



A linguagem é mediatizada pela representação simbólica (o trabalho do pensamento) e pela atividade comunicativa cotidiana (a prática ético-política e erótico-pedagógica ou simplesmente interação). Mas trabalho e interação se distinguem da linguagem enquanto a “técnica” mais originária de todas as técnicas. Trabalho e interação se relacionam dialeticamente pela mediação das normas técnicas e jurídicas: estas modificadas historicamente na medida em que um modo de produção é substituído por outro. Na relação senhor-escravo o domínio da técnica pelo “escravo” repercute sobre sua dependência política em relação ao “senhor”.

A partir deste referencial teórico e da práxis pedagógica de alguns professores regentes de Filosofia no 2º Grau, faremos um esforço no sentido de refletir sobre as condições de produção, de comunicação e de transformação vivenciadas no Estado do Rio de Janeiro.

II

1. O professor de Filosofia é um trabalhador assalariado, estando sujeito a todas as questões de ordem sindical e trabalhista. Ele se dá ou não conta, como qualquer trabalhador, de problemas ligados a suas condições de trabalho e relativos à sobrevivência (salário justo e adequado), e ao exercício de magistério (horário, número de turmas e de alunos, salas de aula adequadas etc.).

Enquanto observador participante constatamos que o professor de Filosofia, como os das outras disciplinas, não tem realmente boas condições de trabalho dentro e fora da escola, o que o impede de preparar suas aulas de modo que não seja repetitivo, reprodutor ou mero transmissor de conhecimentos, conhecimentos estes que pouco ou nada servem para confrontar a realidade vivida por ele e seus alunos. Em contraposição à ideologia dominante verificamos que um bom professor de Filosofia **não é só** o que conhece algumas técnicas pedagógicas (Didática), de relações humanas (Dinâmica de Grupo, Grupo de Encontro, Laboratório de Sensibilidade etc.) ou de avaliação da aprendizagem. Não parece também ser aquele que está em dia com as teorias psicológicas sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente; nem mesmo o que tem noções de História, Sociologia e Filosofia da Educação; menos ainda, por incrível que pareça, o que conhece Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus, Legislação de Ensino, Política e Planejamento da Educação. E os Estágios Supervisionados tomados como contrapartida “prática” das pretensas “teorias” estudadas anteriormente ? Basta observar que a concepção veiculada de teoria e prática é também viciada ideologicamente...

2. Se o professor de Filosofia no 2º Grau tivesse boas condições materiais de trabalho, de ordem econômica, política e cultural, não resta dúvida de que teria

também boas **condições de comunicação**, isto é, uma **linguagem** atualizada capaz de se fazer entendido e compreendido pelos alunos: estes ainda estão em grande parte fora do sistema, apesar da própria escola e dos meios modernos de comunicação social. Enquanto **jovens** ainda não foram totalmente contaminados pelo sistema estabelecido: carregam no seu interior forças suficientes para gritar, reagir, interpelar, lutar por sua libertação. Seu mundo pode explodir e fazer explodir, romper com as correntes, arrebançar os muros do sistema opressor e alienador. Este mundo deveria ser a matéria-prima trabalhada pelo professor de Filosofia, embora esta não seja uma tarefa só deste trabalhador social... Uma vez que existe a disciplina Filosofia no 2º Grau do Estado do Rio de Janeiro (e tudo indica a tendência a um retorno em termos de País), é de suma importância que o regente desta disciplina saiba traduzir em **termos e expressões correntes** o que os filósofos disseram para o seu público e seu tempo. Contudo, não interessa conhecer as **teorias em si** e a sucessão dos grandes e pequenos filósofos da História da Filosofia, a menos que se queira condicionar os adolescentes pelo doutrinamento moral e cívico ! O estudo dos filósofos e de suas obras de pensamento só tem sentido na medida em que o professor de Filosofia está interessado em ajudar o aluno a articular o pensamento com a experiência, o que exige um empenho redobrado na atividade, estudo e pesquisa filosófica. Ora, sem condições mínimas de trabalho docente-decente-discente, não podem professor e aluno penetrar no mundo da reflexão crítico-libertadora, mundo da representação simbólica (linguagem), e conjuntamente, criar um **novo modo de pensar** voltado para as camadas populares de que os alunos de Filosofia são um pequeno, mas importante segmento.

3. Se trabalho e linguagem, referenciais teóricos correspondentes aos dois processos simultâneos e heterogêneos de produção (**poiesis**) e de representação simbólica (**theoria**), nos ajudam a conectar a experiência do fazer e a experiência do dizer na atividade material e sensível do professor de Filosofia, podemos perguntar agora: a quem serve a Filosofia no 2º Grau ? Para quem o professor de Filosofia trabalha, ao suportar passivamente péssimas condições de produção e de comunicação ? Ainda: por que se lhe exige, no período de preparação universitária ou em provas de concurso (quando as há), conhecimentos de Didática, de Psicologia, de Administração totalmente desvinculados de uma prática real ou, em proporção maior ou nula (no caso dos licenciados em Pedagogia, História e Ciências Sociais que lecionam Filosofia), conhecimentos técnicos desvinculados da formação especificamente filosófica ? Por que, no Estado do Rio de Janeiro, os professores de Filosofia no 2º Grau, numa proporção muito grande, talvez acima de 70 ou 80 por cento, são licenciados em Pedagogia ? Mais uma vez: a quem serve o professor de Filosofia que, por falta de condições de trabalho sério no sentido de desenvolver uma experiência de pensamento filosófico (experiência de linguagem), aceita (ou acaba por) se tornar "professor oficial", "funcionário do sistema", cooptador da política dominante ? A quem serve este cidadão adaptado ao burocratismo escolar, ao didatismo, ao psicologismo etc. ?

Estes problemas reenviam a outros relativos à **interação** ou condição de transformação ou mudança social. Aqui se reencontram, na **questão política**, as duas outras anteriormente analisadas. A situação do ensino de Filosofia no 2º Grau, do ponto de vista poético (ou da produção) e teórico (ou da representação simbólica), não teria explicação coerente sem o dado político, ou melhor, sem o ato político ou interativo da relação entre partes ou partidos, entre grupos ou classes sociais, relação de conciliação ou de oposição, de harmonia ou de conflito, de pacificação ou de luta, de identificação ou de contradição, de alienação ou de libertação. O professor de Filosofia no 2º Grau do Estado do Rio de Janeiro, em sua maioria, pende para o primeiro lado da balança, adaptando-se ao didatismo, burocratismo e psicologismo reinante. Mas, por força de uma atuação consciente, sem deixar de sofrer as consequências da violência institucional, muitos professores de Filosofia se opõem e lutam como podem para não só superar os problemas de sobrevivência, como também para não perder o contato com as fontes do filosofar — fontes acadêmicas (através de cursos ou grupos de estudo) e fontes populares (**escuta** da experiência sofrida dos jovens, sobretudo dos alunos pobres, trabalhadores assalariados que estudam à noite).

O professor de Filosofia no 2º Grau vive o mesmo clima de seus colegas das

outras disciplinas, clima de autoritarismo que se expressa nas divisões do poder e do saber. Nem ele, nem seus alunos, nem os funcionários têm participação real nas decisões importantes da vida escolar e comunitária. Mas será isto verdade? Esta afirmação parece injusta, uma vez que, a confiar no discurso oficial dos documentos (e em outras vias), o professor dispõe de liberdade na preparação do programa e sua execução, na avaliação dos alunos etc. Ora, o autoritarismo se oculta exatamente neste tipo de liberdade **onde se é obrigado** a fazer planos, planejamentos ou programas com antecedência, a se sujeitar ao sistema de avaliação estabelecido e “cientificamente” comprovado (nos EE UU...), a premiar ou castigar com o instrumento abstrato das notas e diplomas. Aqui poder e saber se confundem: o modo de produção e de comunicação docente/discente sofre a influência da dominação ideológica vigente. A produção se transmuda em reprodução e repetição da tradição esvaziada de conteúdo histórico-social e cultural: ensina-se, por exemplo, a Filosofia sob forma de doutrina, tomando o pensamento dos filósofos fora do contexto de sua experiência sócio-econômica e político-cultural. Em consequência, a linguagem do professor não deixa de ser estereotipada, artificial, abstrata e incapaz de levar o aluno a descobrir, no fundo invisível e inaudível dos acontecimentos, a sua essência (trama ou rede de relações contraditórias). A tratar, por exemplo da ciência histórica, os conceitos filosóficos dominantes não ajudam a entender e, mesmo, encobrem o fato de que a história dos vencidos nunca ou raramente é contada: o que aparece como verdade histórica são abstrações produzidas intencionalmente pelos “historiadores oficiais”.

Estas considerações têm o objetivo de mostrar que a experiência do professor de Filosofia, quer queira quer não, é fundamentalmente política. Pela interação ou ato de ensinar-pesquisar (de falar-escutar), ele se coloca pró ou contra o “espírito do sistema” que aprisiona; se acomoda ou questiona; transmite acriticamente idéias e ideologias ou produz, na medida das possibilidades, uma obra de pensamento: na interação se encontram dialeticamente a linguagem e o trabalho.

Por outro lado, esta reflexão não pretende insinuar que o professor de Filosofia no 2º Grau deva ser “filósofo profissional”, especialista em Filosofia. A experiência tem mostrado que bons professores de Filosofia nem sempre são licenciados em Filosofia. No caso do Rio de Janeiro encontramos até mesmo licenciados em Pedagogia que têm trabalhado criticamente em suas aulas, o suficiente para despertar nos alunos o interesse pela reflexão filosófica a partir de questões bem próximas da realidade: sem conhecimento de Lógica e História da Filosofia, têm demonstrado capacidade de refletir e fazer refletir. São eles mesmos, com seus alunos, aprendizes de filósofo: sabem detectar as contradições, os conflitos e as lutas, e aos poucos, em cursos promovidos pela SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas) ou por meio de encontros com colegas, planejam e estudam conteúdos e métodos adequados para as turmas que lhes foram confiadas. Estes professores, bem ou mal, ajudam os filhos do povo a tomarem consciência de seus problemas...

4. Nestes dois anos de escuta, atitude que consideramos fundamental para o estudioso e pesquisador, aprendemos que o retorno da Filosofia ao 2º Grau pode servir para fins opostos: manter o sistema dominante, fazendo os alunos dóceis, respeitosos, passivos, alienados (propriedades do sistema)... ou contribuir para que assumam conscientemente suas experiências contraditórias e lutem com as armas do pensamento para superá-las. Neste segundo caso a Filosofia no 2º Grau não retorna, pois a idéia de “retorno” só tem sentido se a Filosofia é concebida sob o signo do “mesmo”, e portanto do “sistema” estabelecido. No Estado do Rio de Janeiro há duas Filosofias em luta: a que **retorna** e a que **se faz** pela problematização radical, onde a leitura dos filósofos pode ser um instrumento, e não a leitura sobre os filósofos ou sobre a Filosofia. O professor que problematiza com seus alunos está sempre questionando, interrogando, fazendo falar o silêncio, mas ao mesmo tempo está afinando o seu ouvido para escutar o silêncio e exercitando o seu olhar para ver o invisível no visível. Nesse sentido ele articula a práxis (trabalho do pensamento e atividade interativa) e a teoria (linguagem ou atividade comunicativa). Estas duas atitudes fundamentais — a de ouvir o silêncio e ver o invisível — são, certamente, mais importantes para a formação dos adolescentes do que a preocupação com a cultura ilustrada — conhecimento dos mecanismos da Lógica formal e das doutrinas estilizadas dos manuais de Filosofia.